

Aliança da Bahia Agropecuária S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às informações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da

Aliança da Bahia Agropecuária S.A.

Salvador – Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aliança da Bahia Agropecuária S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança da Bahia Agropecuária S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Diego Esterano Vieira do Nascimento
Contador CRC SP-289323/O-0

Aliança da Bahia Agropecuária S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	543	943	Fornecedores	13	845	797
Contas a receber de clientes	8	310	2	Empréstimos e financiamentos	14	1.984	96
Ativo biológico	9	22.209	22.938	Obrigações sociais e trabalhistas		535	559
Tributos a recuperar		143	12	Obrigações tributárias		107	10
Outros ativos		579	234	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	34
Total do ativo circulante		23.784	24.129	Outros passivos		57	34
Não circulante				Total do passivo circulante		3.528	1.530
Depósitos judiciais		3	3	Não circulante			
Imobilizado	12	59.006	53.303	Contas correntes com empresas ligadas	11	166	-
Total do ativo não circulante		59.009	53.306	Empréstimos e financiamentos	14	5.716	2.416
				Tributos diferidos	10	8.199	8.841
				Total do passivo não circulante		14.081	11.257
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social		113.428	108.428
				Reserva de reavaliação		20.001	20.105
				Prejuízos acumulados		(68.245)	(63.885)
				Total do passivo e patrimônio líquido		82.793	77.435
Total do ativo		82.793	77.435				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança da Bahia Agropecuária S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	7.965	5.053
Custo dos produtos vendidos	18	(6.489)	(5.150)
Lucro (Prejuízo) bruto		<u>1.476</u>	<u>(97)</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(4.587)	(3.327)
Despesas com vendas		(45)	-
Ajuste de valor justo - ativo biológico	9	(1.889)	5.582
Outras receitas operacionais		87	18
Despesas (Receitas) operacionais		<u>(6.434)</u>	<u>2.273</u>
Receitas financeiras		157	52
Despesas financeiras		(305)	(29)
Resultado financeiro	20	<u>(148)</u>	<u>23</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(5.106)</u>	<u>2.199</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferida	10	642	(1.634)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		<u>(4.464)</u>	<u>565</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança da Bahia Agropecuária S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(4.464)	565
Outros resultados abrangentes:			
Item que não será reclassificado posteriormente para o resultado			
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	16b	<u>104</u>	<u>106</u>
Resultado abrangente do exercício		<u>(4.360)</u>	<u>671</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança da Bahia Agropecuária S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2020		89.999	20.211	(64.556)	45.654
Aumento de capital		18.429	-	-	18.429
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	16b	-	(106)	106	-
Lucro do exercício		-	-	565	565
Saldos em 31 de dezembro 2021		108.428	20.105	(63.885)	64.648
Aumento de capital		5.000	-	-	5.000
Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	16b	-	(104)	104	-
Prejuízo do exercício		-	-	(4.464)	(4.464)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		113.428	20.001	(68.245)	65.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias financeiras.

Aliança da Bahia Agropecuária S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(4.464)	565
Ajustes para:			
Depreciação	12	602	468
Mudanças no valor justo de ativos biológicos - gado	9c	1.889	(5.582)
Imposto de renda e contribuição social - diferida	10b	(642)	1.634
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14b	284	512
Resultado na alienação de imobilizado	12	-	117
Outros		(34)	-
		(2.365)	(2.286)
Variações nos ativos - (Aumento) redução			
Contas a receber de clientes	8	(308)	225
Tributos a recuperar		(131)	(8)
Ativo biológico	9b	(64)	(10.351)
Outros ativos		(345)	(54)
		(848)	(10.188)
Variações nos passivos - Aumento (redução)			
Fornecedores	13	(109)	(114)
Obrigações sociais e trabalhistas		(24)	-
Obrigações tributárias		97	5
Outros passivos		23	(65)
		(13)	(174)
Caixa utilizado nas atividades operacionais			
		(3.226)	(12.648)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	19
Pagamento de juros e encargos	14b	(5)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais			
		(3.231)	(12.629)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Nascimentos, mortes, absorções - gado	9c	(4.315)	-
Compra de ativo biológico - gado	9c	(3.129)	-
Vendas de ativo biológico - gado	9c	6.489	-
Adições do imobilizado	12	(6.289)	(8.300)
Transações com partes relacionadas	11	166	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimeno			
		(7.078)	(8.300)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	16	5.000	18.428
Captação de empréstimos e financiamentos	14b	5.000	2.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	14b	(91)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
		9.909	20.428
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa no exercício			
		(400)	(501)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		943	1.444
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		543	943
Redução do caixa e equivalentes de caixa			
		(400)	(501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aliança da Bahia Agropecuária S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores em milhares de Reais)

Alterações que não afetam caixa:	Nota	31/12/2022	31/12/2021
i. Realização da reserva de reavaliação em controlada, líquida de impostos	16	104	106
ii. Aquisição de animais	13	141	55
iii. Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos	13	16	9

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aliança da Bahia Agropecuária S.A. (“Companhia”), foi constituída em 24 de setembro de 2005 e tem como controlador final a Companhia de Participações Aliança da Bahia S.A.. O endereço registrado do escritório da Companhia é Fazenda Maria Bonita, s/n, localizado no município Dário Meira-Ba. A Companhia tem por objetivo social a cria, recria, seleção, engorda, compra e venda de gado bovino e outras espécies, exercendo ainda atividades agrícolas e outras que, de forma direta ou indireta, com elas se relacionem. Adicionalmente, as propriedades (fazendas) Pau de Jataí, Três Flores, Ipanema, Rio Pardo, Mucuri, Iguaçu, Barro Alto e Água Branca destinam-se exclusivamente a pecuária; a fazenda Maria Bonita destina-se a pecuária e plantação de cacau; e na fazenda São Roque/Caboto destina-se a pecuária, plantio de piaçava e arrendamento de terrenos.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Diretoria tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 10 de abril de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6.1, 17 – reconhecimento da receita: se a receita é reconhecida ao longo do tempo ou em momento específico no tempo; e
- Nota explicativa 10 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 – determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos; e
- Nota explicativa 10 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(iii) Mensuração do valor justo

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo com reporte diretamente aos Administradores.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

São registradas a valor justo:

- Nota explicativa 7 – Aplicações financeiras; e
- Nota explicativa 9 – Ativo biológico.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo; e
- ativos biológicos: mensurados pelo valor justo, menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

6.1 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita em um ponto específico do tempo para todas as linhas de negócio, quando transfere o controle do produto ao cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, conforme os produtos vendidos:

Tipo de produto	Política de reconhecimento da receita
Receitas reconhecidas de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	
Gado	As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 dias. A Receita é reconhecida quando os ativos são efetivamente entregues, ou seja, na chegada no gado no estabelecimento do comprador.
Piaçava, cacau e outras frutas	A receita é reconhecida quando os ativos são efetivamente entregues ao comprador. As faturas são emitidas no ato da compra e são pagas antecipadamente.

6.2 Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda (“IRPJ”) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se critérios específicos forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras, e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se critérios específicos forem atendidos.

6.3 Ativos biológicos

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços praticados nas regiões onde estão localizados os ativos e volume de produtividade as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. Desta forma, a mensuração é baseada na arroba, raça e faixa etária. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre.

A Companhia tem como prática efetuar o inventário físico, pesagem e vacinação do rebanho nos meses de maio e novembro de cada ano. A Administração avalia, a cada data de divulgação, se houve alterações significativas nas premissas utilizadas para mensuração do valor justo.

Para absorção dos custos de produção a Companhia utiliza a quantidade de diárias no pasto como critério de rateio. Os bezerras e bezerras em formação, de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama, absorvem os custos das matrizes correspondentes.

Os ativos biológicos reconhecidos como de Pura Origem (PO), com genética comprovada, são registrados, porém contabilizados no grupo de Ativo biológico.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidade.

6.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo imobilizado	Taxa anual (%)
Edificações e benfeitorias	1,3 a 4
Instalações	6,7 a 10
Pastagens	25
Máquinas e equipamentos agropecuários	10
Móveis e utensílios	10
Outros equipamentos	20
Veículos	20

6.5 Provisões para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem a obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais.

6.6 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. São mensurados ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.7 Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais.

6.8 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

Em 31 de dezembro de 2022 não houve perda significativa que sustentasse a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito do contas a receber.

(ii) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(iii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

6.9 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022, e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- (i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- (ii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- (iii) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23); e
- (iv) Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa (Salvador e Fazendas)	19	17
Banco conta corrente	130	448
Aplicações financeiras (a)	394	478
Total	543	943

- (a) A rentabilidade média ponderada dos ativos de renda fixa foi de 98,07% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (2021: 100,00%)

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados ao caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa 21.

8 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
JBS S/A	276	-
Outros	34	2
Total	310	2

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes

O risco de crédito do cliente está sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Empresa. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual.

A exposição da Companhia a outros riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados a contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa 21.

9 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são compostos, substancialmente, por rebanho de engorda, cria e recria; e outros ativos. Os valores referentes a ativos biológicos são divulgados a valor justo com base em informações de mercado.

a. Mensuração dos valores justos

Para a valorização do rebanho bovino, que representa quase que a totalidade dos ativos biológicos, sendo sua concentração toda ela baseada na região de Itapetinga/BA, a Companhia utilizou para mensuração do valor justo o preço de mercado da arroba do boi gordo em 31 de dezembro de 2022, R\$ R\$ 280 Reais (2021: R\$ 315 Reais), obtida através do site da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia - SEAGRI (www.seagri.ba.gov.br), já que existe um mercado ativo daquela região que possibilitou a obtenção de comparativos suficientes para a aplicação deste método.

A mensuração dos valores justos da pecuária foi classificada como nível 2, baseado na observação dos dados de vendas.

Técnica de comparação de mercado: o modelo de avaliação baseia-se no preço de mercado de rebanho bovino de mesma idade, peso, raça e constituição genética.

b. Composição

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade (Cabeças)	Saldo	Quantidade (Cabeças)	Saldo
Rebanho de engorda	3.491	14.248	3.154	14.357
Rebanho de recria (garrote e novilhas)	1.325	4.181	1.515	5.664
Rebanho de cria (bezerros)	1.886	3.684	1.442	2.884
Total	6.702	22.113	6.111	22.905
Sêmen e outros produtos agrícolas		96		33
Total		22.209		22.938

c. Movimentações da atividade pecuária

	Cabeças de gado (em quantidade)	Gado R\$ mil
31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	2.845	6.973
(+) Nascimentos, mortes e absorções	1.059	3.632
(+) Compras	3.220	11.443
(+) Transferência	38	-
(-) Vendas	(1.051)	(4.725)
(-) Ajuste a Valor Justo – AVJ	-	5.582
31 de dezembro de 2021	6.111	22.905
(+) Nascimentos, mortes e absorções	1.076	4.316
(+) Compras	1.083	3.270
(+) Transferência	69	-
(-) Vendas	(1.637)	(6.489)
(-) Ajuste a Valor Justo – AVJ	-	(1.889)
31 de dezembro de 2022	6.702	22.113

d. Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agropecuárias

A Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados ao ativo biológico:

(i) Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda do gado (boi gordo). Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de venda com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares de tendências da indústria para volumes projetados e preço.

(ii) Riscos climáticos e outros

Os pastos estão expostos aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, sazonalidade, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo acompanhamento dos indicadores climáticos, rodízio de pastos, análises de doenças e pragas da indústria.

(iii) Risco de preço na compra de gado

A exposição está na volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade da Administração, a qual avalia a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido à oscilação nos preços de mercado existentes na compra de gado. Perante a exposição a tais riscos, a Administração avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de mecanismos que permitam reduzir a exposição a tais riscos.

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Saldos de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto Diferido Ativo (1)		
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica	2.440	2.325
CSLL - Contribuição social	<u>880</u>	<u>840</u>
Total	3.320	3.165
Imposto Diferido Passivo (2)		
IRPJ - Imposto de renda da pessoa jurídica	8.464	8.822
CSLL - Contribuição social	<u>3.055</u>	<u>3.184</u>
Total	11.519	12.006
Total do Imposto Diferido	<u>8.199</u>	<u>8.841</u>

- (1) Referem-se aos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, contabilizados até o limite permitido para compensação dos tributos diferidos devidos sobre o saldo não realizado da reserva de reavaliação de terrenos.

- (2) Referem-se aos tributos diferidos sobre a totalidade da reserva de reavaliação ainda não realizada, contabilizada no patrimônio líquido. Quando da contabilização da reavaliação do ativo imobilizado, a Companhia registrou o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) diferidos, incidentes sobre o aumento patrimonial decorrente da reavaliação, além do montante registrado no exercício referente ao ativo biológico. À medida que os ativos reavaliados são realizados (apenas quando da venda destes ativos), a reserva de reavaliação, líquida dos tributos (imposto de renda e contribuição social) diferidos, também é realizada.

b. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022					
	Base de cálculo	31/12/2022	Reconhecimento no resultado	Reconhecido Resultado Abrangente	31/12/2021
Ajuste de avaliação patrimonial -					
Terrenos	30.347	10.318	-	(54)	10.372
Ajuste de valor justo - Ativo biológico	1.889	992	(642)	-	1.634
Prejuízos fiscais e base negativa (1)	(64.790)	(3.175)	-	-	(3.175)
Outros	188	64	-	54	10
Total		8.199	(642)	-	8.841

Em 31 de dezembro de 2021					
	Base de cálculo	31/12/2021	Reconhecimento no resultado	Reconhecido Resultado Abrangente	31/12/2020
Ajuste de avaliação patrimonial -					
Terrenos	30.347	10.372	-	-	10.372
Ajuste de valor justo - Ativo biológico	4.805	1.634	1.634	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa (1)	(64.894)	(3.175)	-	-	(3.175)
Outros	29	10	-	-	10
Total		8.841	1.634	-	7.207

- (1) A Companhia possui base de prejuízos fiscais e base negativa no valor de R\$ 64.790 (2021: R\$ 64.894) em 31 de dezembro de 2022. Porém, considerando as projeções de lucro tributário futuro, reconheceu apenas R\$ 3.175 de imposto de renda diferido ativo, do total de R\$ 22.029 (2021: R\$ 22.064) possível.

11 Contas correntes com empresas ligadas

Saldos entre contas a receber e a pagar com partes relacionadas entre a Companhia e outras empresas do grupo decorrem de operações do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, em condições e preços estabelecidos entre as partes, e estão a seguir apresentados:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo não circulante		
Cia. de Participações aliança da Bahia	163	-
Cia. de Seguros Aliança da Bahia	3	-
Total	166	-

Valores reconhecidos no resultado

As despesas com o Centro de Serviços Compartilhados – CSC reconhecida pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 833 (2021: R\$ 0). Veja nota 19.

12 Imobilizado

	Terrenos	Edificações, Benfeitorias	Instalações	Pastagens e culturas permanentes	Máquinas e equipamentos agropecuários	Móveis e utensílios	Veículos	Rebanho de reprodução	Obras em andamento	Total
Custo de aquisição										
Saldo em 31/12/2020	39.113	5.844	1.533	6.755	2.204	165	497	354	-	56.466
Adições	2.133	951	42	3.412	148	61	-	-	1.553	8.300
Baixas	-	-	-	-	(6)	-	-	(221)	-	(227)
Saldo em 31/12/2021	41.246	6.795	1.575	10.167	2.346	226	497	133	1.553	64.539
Adições	-	844	-	3.315	-	-	-	-	(4.159)	-
Transferências	-	54	140	1.994	398	13	240	6	3.601	6.446
Saldo em 31/12/2022	41.246	7.693	1.715	15.476	2.744	239	737	139	995	70.985
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31/12/2020	-	(5.456)	(1.460)	(2.509)	(855)	(117)	(274)	(207)	-	(10.878)
Adições	-	(88)	(38)	(16)	(229)	(11)	(61)	(25)	-	(468)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	110	-	110
Saldo em 31/12/2021	-	(5.544)	(1.498)	(2.524)	(1.084)	(128)	(335)	(121)	-	(11.326)
Adições	-	(84)	(38)	(91)	(310)	(13)	(71)	(5)	-	(612)
Baixas	-	(1)	-	-	-	-	-	11	-	10
Reclassificação	-	-	(140)	-	-	-	-	-	-	(140)
Saldo em 31/12/2022	-	(5.629)	(1.676)	(2.616)	(1.394)	(141)	(406)	(115)	-	(11.978)
Saldos em 31/12/2021	41.246	1.251	77	7.643	1.262	97	162	11	1.553	53.303
Saldos em 31/12/2022	41.246	2.064	39	12.861	1.350	96	331	23	995	59.006

Em 01 de janeiro de 2022, a Companhia celebrou com o Município de Dário Meira, Estado da Bahia, acordo nos autos da Ação de Desapropriação, tombada pelo nº 0000026-06.2012.8.05.0117, o qual fora homologado, com o objetivo de dispor sobre a indenização expropriatória de área da Fazenda Maria Bonita. No instrumento, restou pactuado que o Município pagará pela desapropriação o valor de R\$ 302. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, a ação prosseguirá utilizando como base o laudo de avaliação da terra na quantia de R\$ 6.184.

Ativos cedidos em garantia

A Fazenda Maria Bonita foi cedida em garantia para empréstimos (veja nota 14).

13 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Insumos agropecuários	511	661
Aquisição de animais	141	55
Manutenção das fazendas	91	-
Serviço de terceiros	27	-
Produtos veterinários	17	40
Transporte de animais	17	12
Máquinas, equipamentos e implementos	16	9
Outros	25	20
Total	845	797

14 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Modalidade	Taxa efetiva (a.a.)	Indexador	Ano de contratação	Ano de vencimento	Carência (meses)	Garantia	31/12/2022		31/12/2021	
							Valor de face	Valor Contábil	Valor de face	Valor Contábil
Crédito Rural (1)	5,96%	Selic	2021	2033	12	Fazenda Maria Bonita	6.994	5.386	6.994	-
Crédito Rural (1)	7,50%	Selic	2021	2023	24	Avalista (AB Patrimonial)	2.736	1.897	2.736	2.000
FINAME (2)	5,52%	Selic	2020	2027	12	Fazenda Maria Bonita	400	269	400	340
FINAME (2)	5,39%	Selic	2021	2028	12	Fazenda Maria Bonita	173	148	173	172
Total geral							10.303	7.700	10.303	2.512
								1.984		96
								5.716		2.416
								7.700		2.512

- (1) Crédito de custeio agropecuário, tomado junto ao Banco BNB e Banco Itaú, para atendimento às despesas operacionais da exploração pecuária e investimentos. Para o contrato firmado com o Itaú em 30/12/2021, foi deferido o montante de R\$ 14.009. Desse total, a Companhia utilizou R\$ 5.000 até 31 de dezembro de 2022. A diferença entre o total deferido e utilizado será consumida conforme cronograma de desembolso da Companhia.
- (2) Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) - Operação de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), operada pelo Banco Bradesco, cujos recursos estão sendo utilizados, exclusivamente, para aquisição de bens e serviços agrícolas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados aos empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 21.

b. Movimentação

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	<u>2.512</u>	<u>-</u>
(+) Adição de principal	5.000	2.000
(+) Adição de juros e encargos	284	512
(-) Amortização de principal	(91)	-
(-) Amortização de juros e encargos	<u>(5)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u><u>7.700</u></u>	<u><u>2.512</u></u>

15 Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Riscos avaliados como perdas prováveis

A Companhia não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Riscos avaliados como perdas possíveis

O Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, julgou o risco de perda como possível. A natureza dos principais passivos com contingências são:

PROCESSOS	NATUREZA
Trabalhistas	Ações de diversas naturezas que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.

A Companhia também efetuou levantamento, avaliação e quantificação das ações classificadas com risco de perda possível, para os quais não há provisão constituída, cujo valor apresentado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22 (2021: R\$ 138).

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 108.428, representado por 108.428.423 ações normativas, sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram integralizados R\$ 5.000 (em moeda corrente), representado por 5.000.000 ações normativas, sem valor nominal. Dessa forma, o capital social integralizado passou a ser de R\$ 113.428, representado por 113.428.423 ações normativas, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ações ordinárias (1)	112.880.842	107.880.842
Ações preferenciais	<u>547.581</u>	<u>547.581</u>
Total	<u><u>113.428.423</u></u>	<u><u>108.428.423</u></u>

(1) Abertura da integralização das ações ordinárias

	Ações ordinárias
31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	<u>89.452.419</u>
Aumento de capital com integralização – janeiro	300.000
Aumento de capital com integralização – fevereiro	3.200.000
Aumento de capital com integralização – março	1.000.000
Aumento de capital com integralização – abril	400.000
Aumento de capital com integralização – junho	5.100.000
Aumento de capital com integralização – agosto (1)	3.428.423
Aumento de capital com integralização – outubro	2.000.000
Aumento de capital com integralização – dezembro	3.000.000
31 de dezembro de 2021	<u>107.880.842</u>
Aumento de capital com integralização – fevereiro	1.000.000
Aumento de capital com integralização – abril	1.272.000
Aumento de capital com integralização – maio	1.728.000
Aumento de capital com integralização – junho	1.000.000
31 de dezembro de 2022	<u>112.880.842</u>

(1) Aumento de capital integralizado através da Fazenda Iguaçu.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, a Administração da Companhia optou pela manutenção da reserva de reavaliação contabilizada em exercício anterior. A realização dessas reservas dar-se-á em decorrência de depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados ou quando da alienação do investimento, sendo registrada na conta de lucros acumulados, deduzida dos tributos incidentes.

Em 31 de dezembro de 2022 existiam as seguintes reservas de reavaliação correspondente ao reflexo da reavaliação de ativos registrada no patrimônio líquido da Companhia.

Veja abaixo a movimentação da referida reserva:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	<u>20.105</u>	<u>20.211</u>
Edificações e benfeitorias	(67)	(68)
Instalações	<u>(37)</u>	<u>(38)</u>
Saldo final	<u>20.001</u>	<u>20.105</u>

17 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Pecuária		
Gado comum	<u>8.046</u>	<u>5.079</u>
Agricultura		
Piaçava	193	88
Outros produtos agrícolas	<u>48</u>	<u>69</u>
	241	157
(-) Impostos sobre vendas de mercadorias	(268)	(183)
(-) Outras deduções s/ mercadorias	<u>(54)</u>	<u>-</u>
Total geral	<u>7.965</u>	<u>5.053</u>

A Companhia vende gado de engorda, principalmente para frigoríficos na região sudoeste da Bahia.

18 Custos dos produtos vendidos

	31/12/2022	31/12/2021
Pecuária		
Gado comum	<u>(5.776)</u>	<u>(5.079)</u>
Agricultura		
Piçava	(137)	(63)
Outros produtos agrícolas	<u>(576)</u>	<u>(8)</u>
	(713)	(71)
Total geral	<u>(6.489)</u>	<u>(5.150)</u>

19 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(1.991)	(2.181)
Centro de Serviços Compartilhados (nota 11)	(833)	-
Serviços de terceiros	(652)	(374)
Depreciação	(602)	(468)
Despesas tributárias	(113)	(107)
Despesas gerais	<u>(396)</u>	<u>(197)</u>
Total	<u>(4.587)</u>	<u>(3.327)</u>

20 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Rendimento sobre aplicações financeiras	155	50
Outras receitas financeiras	<u>2</u>	<u>2</u>
	157	52
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(284)	-
Outras despesas financeiras	<u>(21)</u>	<u>(29)</u>
	(305)	(29)
Resultado financeiro	<u>(148)</u>	<u>23</u>

21 Gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Natureza	Nota	Classificação	Hierarquia do valor justo	2022		2021	
				Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<i>Ativos Financeiros</i>							
Aplicações financeiras	7	VJR	Nível 2	394	394	478	478
Contas a receber de clientes	8	Custo amortizado	Nível 2	310	-	2	-
Outros ativos		Custo amortizado	Nível 2	579	-	234	-
				1.283	394	714	478
<i>Passivos Financeiros</i>							
Fornecedores	13	Custo amortizado	Nível 2	845	-	797	-
Empréstimos e financiamentos	14	Custo amortizado	Nível 2	7.700	-	2.512	-
Outros passivos		Custo amortizado	Nível 2	57	-	34	-
				8.602	-	3.343	-

Para maiores informações sobre a classificação da hierarquia do valor justo em diferentes níveis, baseada nas informações (*inputs*) utilizadas acima, veja nota 4.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

A diretriz corporativa desenhada na matriz de riscos da Companhia, visa mapear todos os tipos de riscos, definindo limites e controles para monitorar suas transações e seu desempenho, desenvolvendo assim um ambiente disciplinado e construtivo, preservando a liquidez e os níveis de exposição. Embora monitorados, entendemos que a Companhia está exposta aos riscos abaixo comentados:

c. Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

(i) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

A Companhia entende que pelo volume financeiro com essa exposição, não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

(ii) Risco de preço na compra de gado

A exposição está na volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade da Administração, a qual avalia a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido à oscilação nos preços de mercado existentes na compra de gado. Perante a exposição a tais riscos, a Administração avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de mecanismos que permitam reduzir a exposição a tais riscos.

(iii) Análise de sensibilidade

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. O cenário provável foi projetado considerando a taxa de juros CDI a 12,39% e Selic a 12,50% (Boletim Focus/BCB em 31 de dezembro de 2022).

- Cenário I: considera uma variação de 10% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável; e
- Cenário II: considera uma variação de 20% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários I e II consideram uma redução de 10% e 20%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A Administração definiu estes percentuais considerando os prospectos de exercícios anteriores e os níveis a que tais ativos e passivos estão expostos.

A tabela abaixo demonstra o ganho (perda) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo para os ativos financeiros mensurados ao valor justo:

Risco de fluxo de caixa	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Ativos indexados ao CDI	394	75	68	60
Passivos indexados a Selic	<u>(7.700)</u>	<u>(1.488)</u>	<u>(1.331)</u>	<u>(1.176)</u>
Perda	<u>(7.306)</u>	<u>(1.413)</u>	<u>(1.264)</u>	<u>(1.117)</u>

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu ‘caixa e equivalentes de caixa’ e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros circulantes.

A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados dos passivos financeiros:

Passivos	Nota	Saldo não descontado	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	13	845	845	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	10.303	3.216	93	6.994
Outros passivos		<u>57</u>	<u>57</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total		<u>11.205</u>	<u>4.118</u>	<u>93</u>	<u>6.994</u>

e. Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com as diretrizes discutidas pela Diretoria. Os recursos excedentes são investidos a fim de minimizar a concentração de riscos.

(i) Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da Administração para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para o contas a receber e demais ativos.

(ii) Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte por meio do seu agenciamento de *rating*, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A classificação de *ratings* dos equivalentes de caixa está de acordo como demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
AAA	130	448
AA	<u>394</u>	<u>478</u>
Total	<u>524</u>	<u>926</u>

* * *

Jose Renato de Almeida Gonçalves Tourinho
Diretor Superintendente

Rodrigo Ribeiro Accioly
Diretor Financeiro

Alberico Machado Mascarenhas
Diretor

Vilelson Ramos
Contador
CRC BA – 007494/O-9